

APONTAMENTOS SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO E AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE DIRETORES DE UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS

Beatriz Alves de Oliveira - UFSCar

beatriz.oliveira@gmail.com

Resumo: Neste trabalho são apresentados os resultados iniciais de uma pesquisa que trata do processo de institucionalização dos sistemas municipais de ensino de cidades da região de Ilha Comprida, em São Paulo. Os focos são as relações de poder, racionalidade, burocracia e legitimação que envolvem a direção das unidades escolares e os gestores municipais de ensino. Pretende-se investigar se o processo de municipalização, ocorrido após 1996, propiciou relações mais democráticas de poder ou se teria se intensificado o controle das secretarias municipais sobre os gestores das unidades escolares.

Palavras-chave: Burocracia; Relações de Poder; Ilha Comprida

INTRODUÇÃO

As reflexões contidas neste trabalho são resultantes das primeiras pesquisas do projeto “*Educação, Ideologia e Poder: um estudo das relações de poder entre diretores de unidades escolares municipais e secretarias municipais de educação na região sul do estado de São Paulo no período de 1996 a 2008*”, realizadas no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Sandra Aparecida Riscal e com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Pretende-se apresentar, neste trabalho, os primeiros resultados de uma pesquisa que tem como tema o processo de institucionalização dos sistemas municipais de ensino. Focalizar-se-ão, neste estudo, as concepções de relações de poder, burocracia e legitimação que vinculam diretores de unidades escolares e gestores municipais no qual se aborda o processo de institucionalização das relações escolares, forma típica da expansão escolar moderna, caracterizada por uma organização formal e racional e pelo controle político estatal. O foco desta pesquisa é a compreensão do processo de mediações técnico-político-administrativas, com a finalidade de determinar se o processo de municipalização propiciou o estabelecimento de concepções mais democráticas de poder ou, se a relação com as secretarias municipais teria intensificado o controle sobre os gestores e o seu disciplinamento.

Utiliza-se como base empírica para a realização deste estudo, entrevistas com diretores e vice-diretores inscritos e matriculados no Pólo de Ilha Comprida do Programa Escolas de Gestores do MEC no Estado de São Paulo. Trata-se de um projeto vinculado ao *Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica*, do MEC, que vem sendo

implementado desde 2006 pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e cujo objetivo básico é oferecer um curso de especialização na modalidade à distância à diretores e vice diretores das redes municipais de ensino do estado de São Paulo. O objetivo do curso é possibilitar, ao final de um ano, que cada escola constitua, avalie e discuta o seu Projeto Político Pedagógico.

As categorias utilizadas para análise estão fundamentadas nas obras de Max Weber no que tange o campo da administração, possibilitando uma maior compreensão do tema e de suas especificidades, para que desta forma se possa de maneira clara abordar outras conceituações mais complexas.

Não é possível conceituar a administração sem antes compreender algumas reflexões que Weber propõe no campo das instituições políticas. As categorias que articularão a pesquisa são: racionalidade formal, racionalidade técnica, patrimonialismo, dominação tradicional, dominação legal racional burocrática. Além destas, as categorias de participação política e gestão democrática nos ajudarão a compreender o caráter das representações sociais manifestadas pelos agentes sociais pesquisados.

Nesse sentido, é através das representações sociais que fundamentam a relação entre os diretores de escolas da rede municipal de ensino dos municípios da região sul do Estado de São Paulo e suas secretarias municipais de ensino que, busca-se refletir a profundidade das relações estabelecidas entre os diretores e gestores municipais, a partir do processo de institucionalização dos sistemas municipais de ensino.

PODER, BUROCRACIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO

O processo de municipalização foi iniciado com a justificativa de que propiciaria maior descentralização e autonomia dos sistemas de ensino. Paradoxalmente, uma análise inicial dos discursos dos diretores, tem apontado para uma maior centralização de poder, que agora se concentraria na esfera municipal. Isto posto, é importante que se estude em que medida o aparato burocrático e as normatizações da administração municipal informam e formam as práticas de gestão das unidades escolares.

Ações como a aquisição de material didático de sistemas privados, o constante remanejamento de diretores das unidades de ensino, a ausência de suporte material, e práticas patrimonialistas e clientelistas, constituem elementos determinantes da reflexão sob o próprio papel que estes gestores desempenham no processo de gestão do sistema municipal escolar.

Para o estabelecimento do tema deste trabalho, partimos do pressuposto que a escola é uma instituição disciplinar, isto é, não se pode esquecer que na escola também existem relações de poder. Assim o poder é tido como elemento disciplinador que produz saber e que impõe, na instituição disciplinar, uma relação de docilidade e utilidade, pois o ato de “ser vigiado” é meio de controle e de dominação elaborado para documentar individualidades, possibilitando a entrada do sujeito no campo do saber e na sociedade.

Ao tratar das teorias administrativas brasileiras sobre a luz da fundamentação de Max Weber não se pode esquecer, da contribuição de Mauricio Tragtenberg que enunciou claramente o caráter ideológico de tais teorias e bem como partilhou das reflexões weberianas com relação à concepção da burocracia como uma forma de dominação. Nessa perspectiva, Tragtenberg elucida que essas teorias nascem com a função de garantir e sustentar a produtividade nas organizações, ou seja, possuem ampla propensão de conciliar e efetivar as relações entre o trabalho e o capital.

Na instituição escolar o professor é concebido como o detentor e guardião do saber e é ele quem possui o poder de avaliar, e para que isso seja modificado é necessário a :

“ criação de estruturas de organização horizontais onde professores, alunos e funcionários formem uma comunidade real. É um resultado que só pode provir de muitas lutas, de vitórias setoriais, derrotas, também. Mas sem dúvida a autogestão da escola pelos trabalhadores da educação – incluindo alunos - é a condição de democratização escolar”.¹

Não se pode esquecer que a escola é parte de um sistema, de um ordenamento político e que, portanto, não pode ser pensada como isolada da sociedade que a forma e informa. Neste sentido, o gestor da escola pode se colocar como um agente da democratização do espaço escolar ou como um representante burocrático do sistema, atendo-se a um papel disciplinador e controlador, pois ele institucionalizou o poder que lhe é atribuído dentro da unidade escolar, isso ocorre devido a oscilação e as mudanças no processo de concepção do próprio sujeito, não só da sua própria identidade mas também no seu processo de alteridade, a relação do eu como o outro.

O processo de institucionalização está presente em nossas relações sociais desde muito cedo, um exemplo claro disso é a instituição escolar que tem como função social o adestramento do sujeito, a transformação deste em indivíduo naquilo que a sociedade moderna exige.

Esse processo de institucionalização obedece a três etapas elementares, presentes também no processo que torna o sujeito obediente: a resistência, a acomodação e a aceitação. Embora isso nos cause determinado estranhamento, nós também passamos por isso ao longo de nossas vidas, pois sem isso muitas vezes não seríamos aceitos em determinados espaços que exigem determinado comportamento e visão de mundo, como a Igreja, as tribos sociais, etc.

Esse comportamento é natural ao ser humano, que busca ser aceito em muitos espaços que faz ou que deseja ser integrante. E é nesse momento que a instituição age de modo a controlar e produzir no sujeito suas crenças, seus valores e seu modo de agir e pensar perante a sociedade. E o sujeito incorpora essas imposições devido sua necessidade se afirmar como sujeito bem como para ser aceito em espaços pré-definidos pelo próprio indivíduo.

Com relação à instituição escolar mais especificamente, o fluxo de poder é claramente identificado, pois é na escola que o aluno é moldado, controlado, transformado em sujeito dócil, que aceita as imposições e se concebe como ser inferior dentro da hierarquia da instituição pois, cada vez mais a escola colabora para a submissão do indivíduo a sua própria vontade, e isso está presente em todos os espaços educacionais.

Então, compreender em que medida as representações a respeito das relações de poder, sedimentadas nas normatizações, estrutura hierárquica e ações burocráticas, que norteiam as ações das secretarias municipais, teriam passado a constituir as representações dos próprios diretores a respeito de seu papel como autoridade nas unidades escolares, relações estas que com o processo de municipalização novos exercícios de poder foram consolidados, reconstruindo a maneira de interação e prática social dos indivíduos inseridos na gestão educacional, e que determinou a formação de redes municipais de ensino, teria propiciado o estabelecimento de concepções mais democráticas de poder ou se a relação com as secretarias municipais teria intensificado o controle sobre os gestores e o seu disciplinamento, trazendo consigo uma concepção mais técnica e burocrática das ações administrativas em detrimento da democratização das estruturas de poder.

Neste sentido, é importante estabelecer se as representações sociais podem ser compreendidas como legitimação da estrutura burocrática vigente e, portanto, se consolidam uma relação de dominação, ou se permitem depreender uma busca de autonomia em relação às estruturas burocráticas municipais.

Segundo Weber,

“A vigência de sua legitimidade pode ser, primordialmente:

1. de caráter *racional*: baseada na crença na legitimidade das ordens estabelecidas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação (dominação legal);
2. de caráter *tradicional*: baseada na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade (dominação tradicional);
3. de caráter *carismático*: baseada na veneração extracotidiana da santidade, do poder heróico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por estas reveladas ou criadas (dominação carismática)”²

Sob esse foco, Weber define “dominação” como “a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas”³, além de afirmar que a dominação apenas ocorre com “certo mínimo de vontade de obedecer”⁴, legitimando assim a dominação, o que ele concebe como “princípio da legitimidade”, através do qual ordens são impostas e aceitas sem restrições.

Não se pode realizar esta análise, no entanto, sem elencar a concepção que Weber possuía sobre a sociedade, pois o autor não acreditava na idéia de totalidade e afirmava que as ações sociais do indivíduo eram orientadas pelo Outro e com isso define a sociedade como formação fragmentada formada pela disparidade de ações individuais que não necessariamente possuem dependência entre si.

“Toda ação, especialmente a ação social e, por sua vez, particularmente a relação social pode ser orientada pelo lado dos participantes, pela *representação* da existência de uma *ordem legítima*. A probabilidade de que isto ocorra de fato chamamos ‘vigência’ da ordem em questão”⁵

Nesta perspectiva, Weber, concebe a sociedade como um emaranhado de ações desconexas que refletem a fragmentação social e individualidade do homem na sociedade, pois segundo ele o caráter social das relações pessoais não está presente na totalidade das relações humanas.

Uma ação só é considerada como ação social quando tem uma orientação significativa em relação à ação do outro, ou seja quando se estabelecem relações com as ações dos demais. Quando se tem um sentido nessas ações que vise o outro, ou seja, uma ação que envolva um motivo, e este é o elemento crucial da ação, segundo Weber,

“ ‘motivo’ é uma conexão de sentido que, para o próprio agente ou para o observador constitui a ‘razão’ de um comportamento quanto ao seu sentido; (...)”

‘poder’ significa toda a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessas legitimidades”⁶

Diante das mudanças no cenário legal a partir da Constituição de 1988, da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei 9394/96 e da Lei do FUNDEF, o município foi equiparado aos Estados e a União como ente Federativo. Assim, adotou-se uma perspectiva de democracia representativa e participativa com a redistribuição das responsabilidades sociais, onde a comunidade foi incorporada na gestão das políticas públicas. Iniciou-se um processo de descentralização crescente com a municipalização e fortalecimento do poder local.

Entretanto, deve-se considerar que este processo teve como base a concepção de racionalidade imposta pela reforma administrativa, elaborada por Bresser Pereira, que pretendia adequar as estruturas administrativas brasileiras aos padrões de racionalidade técnica dos países capitalistas de primeiro mundo por um novo padrão de administração gerencial.

O estabelecimento de uma administração gerencial exige um aparato administrativo da dominação racional legal é a burocracia, que se fundamenta na ordem legal e caracteriza-se pelo controle das ações por meio de regras impessoais, estabelecendo deveres e os direitos de cada cargo e função. Além disso, o controle dos resultados, no final do processo garante a eficiência do sistema e a adequação entre meios e fins. Nesta perspectiva, pode-se constatar que o processo de descentralização e municipalização que ocorreu em São Paulo, a partir de 1995 tinha como um de seus principais objetivos a implementação de uma nova forma de racionalidade administrativa, calcada em uma concepção de racionalidade econômica e burocrática.

Ao considerar-se o pressuposto, apresentado por Tragtenberg de que “qualquer análise da Teoria Administrativa deve partir da burocracia enquanto poder, para atingir a burocracia na estrutura da empresa”⁷, sendo que “a burocracia constitui um sistema de condutas significativas e não só um sistema de organização formal.”⁸, dessa forma pretende-se enfatizar o modo pelo qual a burocracia, como um tipo de dominação, é resultado de um contexto social e é flexível segundo os interesses da classe dominante, de acordo com os estudos de Max Weber. Nesta perspectiva, o presente projeto de pesquisa tem como foco central as formas de dominação, segundo a ótica de Max Weber, e como estas se concretizam e se enraízam cada vez mais nas relações sociais.

Assim para ele a ideologia a harmonia administrativa, tem como responsabilidade dissipar tanto as tensões inerentes entre os que detêm o poder e aqueles que simplesmente

obedecem, quanto às energias, individuais e sociais de modo a atingir a democratização das relações entre ambas as classes. Porém isso possibilita que a relação de dominação se perpetue, dificultando a emancipação humana nas organizações, isto é a liberdade do dominado.

Verifica-se ainda, que a utilização do poder e dominação, seja ela ou não consciente e legítima, estão presentes nas interações sociais, pois todo indivíduo domina e é dominado em grande parte de sua existência, mesmo não admitindo tais ações conscientemente, ele fundamenta suas ações a partir de imposições ou parâmetros impostos, ora por uma instituição religiosa, burocrática ora por relações afetivas, entre outras.

O patrimonialismo, conceito também desenvolvido por Max Weber, que consiste em tomar os elementos públicos como privados, obtendo dessa forma maiores subsídios para aumentar seu patrimônio, poder e dominação, foi nitidamente empregado e concretizado pelos líderes nos primórdios da formação da identidade brasileira.

Tais elementos são encontrados na formação do estado brasileiro, que muitos condenam apenas o líder esquecendo-se que este não se mantém sozinho, ele precisa de um aparato considerável para manter sua liderança, e no caso do Brasil o governante patrimonialista está imposto desde o domínio Português.

Para atingir os objetivos propostos, foi necessário um estudo inicial das atividades políticas de caráter patrimonialista que se perpetuam por um longo período e ainda hoje, em pleno processo de democratização, permanece na base das relações políticas brasileiras.

Como observa Maurício Tragtenberg, a burocracia é uma forma de dominação, que leva à constituição de um tipo de elite administrativa se separa do resto da sociedade, para se impor conseqüentemente dominá-la, por meio de um modo de pensar que tende a reduzir todos os valores que não sejam absolutamente técnicos e burocráticos.

Assim, se de um lado os dirigentes municipais devem obedecer aos dispositivos constitucionais e da LDB que pregam a instauração de uma gestão democrática na escola, por outro lado encontram-se pressionados em uma estrutura administrativa que exige o cumprimento de padrões de eficiência e uma gestão voltada para a perseguição de índices e elevação de indicadores. Por outro lado, a história administrativa brasileira tem testemunhado a permanência de valores tradicionais.

A permanência de relações patrimonialistas caracterizadas pelo clientelismo, paternalismo ou nepotismo tem levado a resistências na adoção de reformas mais profundas, tanto do ponto de vista de uma maior racionalização e burocratização do sistema, como, em

última instância levando a um adiamento constante da implantação de formas de participação mais democráticas de ensino.

REPERESNTAÇÕES SOCIAIS

As representações sociais resgatam as chamadas representações coletivas, conceito formulado por Durkheim, que em suma é a maneira pela qual uma determinada sociedade elabora e expressa sua realidade, de acordo com os objetos e fatores que a afeta.

Inicialmente cabe ressaltar que as representações sociais são elementos simbólicos que o indivíduo expressa através de suas ações e discurso, estes elementos são produções culturais que determinada comunidade, grupo cria para se estabelecer na sociedade, e que só pode ser compreendida se analisadas contextualmente, pois é um processo historicamente construído em que através da apoderação de fatores adversos e das praticas sociais exercidas pelos indivíduos o grupo se fortalece perante aos demais.

Cabe enfatizar que as representações são sociais são tidas como racionais, não por serem sociais, mas sim por serem coletivas, pois o indivíduo por si só não pode determinar uma racionalidade, pois esta só pode ser concretizada pelo coletivo. Os dois fenômenos que fundamentam as representações sociais são: “ancoragem”- processo pelo qual ocorre a integração do que se apresenta como desconhecido a partir daquele que já se tem conhecimento, ou seja, o novo é incorporado ao que já se tem constituído, tem-se assim a apropriação do simbólico – e, “objetivação” – processo responsável pela transformação de um uma idéia, conceito em algo real, ou seja, uma maneira de se materializar determinadas significações.

Pode se afirmar ainda, que, as representações sociais ultrapassam uma simples reprodução cognitiva da realidade na qual indivíduo está inserido, pois ela se torna um fator determinante na maneira pela qual o indivíduo se relaciona com os outros. Assim, elas constituem as praticas sociais do indivíduo e não são apenas elementos exteriores a ele.

O objetivo da teoria das representações sociais, segundo Moscovici, é explicar os fenômenos do homem a partir de uma perspectiva coletiva, sem perder de vista a individualidade. Segundo Jodelet, as representações sociais são uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.

As representações sociais são sistemas de valores, de noções e de práticas que instauram uma ordem que permite aos indivíduos se orientarem, compreenderem e

estabelecerem estratégias de ação, assegurando a possibilidade de interação e comunicação dos membros de uma cultura ou comunidade. São constituídas de códigos e representações simbólicas que permitem nomear, conceituar, atribuir significados e classificar setores da realidade de forma a nortear as ações e as relações entre os indivíduos.

As representações sociais são constituídas informações, experiências, conhecimentos e modelos que circulam na sociedade e que formam a massa de idéias que resultaram das experiências, das crenças e das trocas de informações ocorridas na vida cotidiana. São construções mentais que orientam a conduta no dia-a-dia e se transformam no senso comum. (JODELET, 2001) Essas representações são as formas como os sujeitos sociais constituem e partilham a vida social nesse mundo com os demais e resultam da interação, do conflito ou da necessidade de se enfrentar, compreender ou estabelecer formas de reagir. Seriam neste sentido, uma forma coletiva de aproximação da realidade que torna o estranho familiar e perceptível.

Como observou Moscovici (2003), as representações sociais são racionais por serem coletivas porque é coletivamente que os homens constituem a racionalidade e um sujeito isolado não pode sequer ser concebido como indivíduo, uma vez que até o conceito de indivíduo é o resultado de uma operação racional socialmente e historicamente constituída. Não há, assim, a separação, exceto para fins analíticos entre a constituição do indivíduo e a constituição da coletividade e os conflitos entre o individual e o coletivo constituem a própria essência do campo do vivido uma vez que são a realidade fundamental da vida social.

Neste estudo pretende-se estudar os significados que estruturam e são estruturados e atualizados nas relações entre os sujeitos nas práticas escolares. As primeiras conclusões apontam para a existência de sistemas de significados de poder diferenciados pela hierarquia e estruturas de poder extra-escolares e pela cultura escolar.

As reflexões contidas nesse trabalho são embasadas nas obras de Clifford Geertz, por se tratarem de representações sociais da ação política. Trata-se de uma concepção que trata as representações sociais políticas como ação simbólica. Isto significa que o campo da política é constituído de interações que obedecem às determinações cuja representação pública é simbólica. Clifford Geertz parte da concepção de Max Weber de ação política e afirma que podemos conceber “o homem como um animal suspenso por teias de significação por ele próprio tecidas. A cultura seria uma destas teias e a sua análise seria interpretativa em busca de significados”⁹

De acordo com Geertz, as representações sociais referem-se a como as pessoas representam a si mesmas em meio a uma sociedade que representa para si própria, simbólica e publicamente as relações que se estabelecem na vida social.

As representações sociais, nesta análise, são tomadas assim como formas simbólicas que denotam a expressam de como é percebida a articulação das instancias de decisão e poder em termos de hierarquia, estratégias de ação, performances, simbolismos políticos, cerimonial, mitos e diferentes elementos que têm sido remetidos para o campo da ideologia ou encarados como meros mecanismos de mobilização social ou manipulação.

Segundo Geertz, a estrutura de ação é também estrutura de pensamento – descrever esta estrutura é descrever idéias, mas não significa idealismo. Para tal autor, as idéias não são algo de mental, algo cuja realidade só existe no pensamento e cuja observação é impossível. As idéias, tal como ele concebe são significados veiculados através de símbolos, que são algo que tem um significado intersubjetivo e, portanto, públicos e políticos.

As representações sociais

“são significados veiculados, e os símbolos são seus veículos, sendo um símbolo tudo o que denota, descreve, representa, exemplifica, rotula, indica, evoca, retrata, exprime – tudo o que de uma maneira ou de outra significa. E tudo o que de uma maneira ou de outra signifique, é intersubjetivo, donde público, donde acessível a uma interpretação em “*plein air*”, manifesta e corrigível. Argumentos, melodias, fórmulas, mapas e retratos não são idealidades para serem pasmadas, mas sim textos para serem lidos; como o são os rituais, palácios, tecnologias e formações sociais”.¹⁰

As representações sociais podem ser concebidas como parte importante do conteúdo das ações políticas e configuram uma realidade tão densa e imediata como a própria realidade, porque são parte dela e a constituem. Fazem parte de uma cadeia de ações de homens e mulheres que procuram compreender o sentido social de suas ações e dos demais buscando atingir os fins que essas representações permitem conceber, com os meios de que julgam dispor.

Tais representações não poderiam ser expressas de forma diferente no contexto educacional, em especial na gestão educacional, em que o indivíduo lida com esferas diferentes e delimita muitas vezes o ambiente em que está inserido, e com isso atribui significações segundo suas praticas, interpretando através da realidade em que se insere o que lhe é atribuído ou imposto. Assim as praticas subjetivas permeiam aas ações no âmbito

educacional, e é por meios destas praticas, que ao serem internalizadas pelo coletivo que a partilham, tais práticas se tornam racionais.

RESULTADOS INICIAIS DA PESQUISA

O Pólo de Ilha Comprida do Programa Escolas de Gestores, em São Paulo, no início do curso, congregava um total de 13 municípios e cerca de 42 escolas. É um Pólo que apresenta municípios com características bem distintas uns dos outros, pois engloba cidades como a capital paulista, São Paulo e cidades de uma das regiões mais pobres do estado, localizadas na região do Vale do Ribeira. Os Índices de educação básica, IDEB destes municípios também apresentam uma variação que vai de 4.9, em Taboão da Serra a 2.9, em Eldorado.

As sondagens iniciais realizadas na observação das discussões em aulas presenciais sobre a autonomia da escola permitiram detectar, em primeiro lugar, o receio de se comentar as relações dos diretores (as) com as secretarias municipais e as interferências na autonomia da escola, na elaboração do Projeto Político Pedagógico e no estabelecimento do currículo e do material didático adotado nas escolas. Um dos motivos parece ser o fato de que na maioria destes municípios os diretores serem cargos de confiança, indicados pelos secretários (as) de ensino.

Pode-se constatar, até o momento, que em boa parte dos municípios tem sido adotado material didático produzidos por sistemas privados. Em um dos municípios docentes e diretores reclamam de não terem sido ouvidos sobre a resolução de aquisição e continuidade no uso de material didático de um conhecido sistema privado. Indignados, dizem já terem alertado a secretaria de educação sobre o problema do material, entre eles o do material didático produzido para as aulas de geografia que se refere ao estado do Paraná e não ao estado de São Paulo, onde se localiza o município. Afirmam, entretanto, que a secretaria pretende agradar aos pais, que gostam da idéia de ver seus filhos estudando com material produzido por um colégio e “cursinho” famosos.

Embora em sua maioria os diretores defendam o processo de municipalização, parecem não ter muita clareza em relação aos benefícios e resultados obtidos até agora. A ausência de autonomia vem sendo apontada como um dos mais sérios problemas acompanhada da incerteza da permanência ou não na escola que dirige.

Na etapa seguinte da pesquisa serão realizadas entrevistas semi-estruturadas e discussões coletivas sobre questões como autonomia, relação diretor/sistema municipal e patrimonialismo.

Abaixo é apresentado o quadro com os municípios, escolas e IDEB.

Pólo Ilha Comprida - SP		
Municípios		IDEB
Eldorado - SP	1	2.9
Embu das Artes - SP	8	4.6
Guarujá - SP	2	4.5
Iguape - SP	2	4.6
Ilha Comprida - SP	5	5
Itapeirica da Serra - SP	1	4.5
Juquitiba - SP	6	4.6
Peruibe - SP	3	4.7
Praia Grande - Sp	2	4.8
São Lourenço da Serra - SP	1	4.5
São Paulo - SP	7	4.3
São Vicente - SP	1	4.7
Taboão da Serra - SP	3	4.9

CONCLUSÕES

Os apontamentos iniciais no que tange as conclusões parciais deste trabalho referem-se ao processo de municipalização do ensino, que não alcançou o objetivo de racionalização e modernização das estruturas administrativas da educação paulista, segundo os padrões de países capitalistas de primeiro mundo. Pode-se compreender com isso, que o processo de formalização e racionalização burocrática pode ser flexionado segundo a concepção política adotada por cada dirigente municipal e não resulta necessariamente em uma forma de gestão mais moderna e democrática, segundo os padrões liberais. Por isso os sistemas de ensino municipais assumiram diferentes características que correspondem a um maior ou menor grau de democratização, autonomia, controle ou disciplinamento de acordo com a configuração das elites e o grau de institucionalização e impessoalidade dos procedimentos oficiais.

E nesse contexto, os indivíduos consolidam suas práticas de acordo com aquilo que o grupo tornou como concreto, legitimando desta maneira o poder, seja de seus superiores ou seja, via um emaranhado entre legislação e deliberações locais. Assim o sujeito que se encontra inserido em tal realidade reproduz o que é, para ele, viável.

Assim, no processo de constituição de uma gestão que siga os moldes democráticos os gestores se deparam com elementos simbólicos que ao serem internalizados pelo grupo se

tornam racionais, fazendo parte e muitas vezes deliberando as ações políticas e sociais de determinadas comunidades escolares. Essa realidade, no entanto, não é a única, pois cada instituição constrói no decorrer de sua existência suas representações sociais de modo a sobreviverem em/na sociedade, em que o desconhecido se torna cada vez mais comum, devido à individualização que é observada atualmente. E em meio a esse conjunto de relações que o indivíduo possui em sua prática social, política, administrativa ele se depara com os outros que muitas sofrem um processo semelhante, porém diferenciado, o que acarreta práticas sociais distintas, e em ambiente em que decisões devam ser tomadas os discursos e as representações sociais expressadas pelo mesmo, demonstra muitas vezes as práticas de poderio local que interferem nas ações e deliberação da comunidade.

NOTAS

¹ TRAGTENBERG, Mauricio. *Relações de Poder na Escola In: Educação e Sociedade*. 1985. vol.20. P.45.

² WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva*. Vol. 1. Brasília: UnB, 2004., p. 33

³ WEBER, *Op. Cit.*, 2004, p.33

⁴ WEBER, *Op. Cit.*, 2004, p.139

⁵ WEBER, *Op. Cit.*, 2004, p.19

⁶ WEBER, *Op. Cit.*, 2004, p.8

⁷ TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1974, p.16

⁸ TRAGTENBERG. *Op. Cit.*, 1974, p. 188

⁹ GEERTZ, Clifford. *Negara – O Estado Teatro no Século XIX*. Ed. Difel, Lisboa: 1991, p. 6

¹⁰ GEERTZ. *Op. Cit.*, 1991, p.170

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

EIZIRIK, Marisa F. **(Re)Pensando a Representação da Escola: um olhar epistemológico**. IN: TEVES, Nilda e RANGEL, Mary (orgs). **Representação Social e Educação**. Campinas: Papirus, 1999.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder - Formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro; Globo, 1976.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio e interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

_____. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 2ª.Ed. UNESP. São Paulo: 1998.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação de Culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos – LTC Ed.1989.

_____. **Negara – O Estado Teatro no Século XIX**. Ed. Difel, Lisboa: 1991

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969.

JODELET, Denise. **Representações sociais: um domínio em expansão**. In: JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2001, p.17-44.

JOVCHELOVITCH, Sandra, GUARESCHI, Predrinho. (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 2ª Ed. S.P, Alfa-Ômega, 1975.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigação em Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

POSTIC, Marcel. **O Imaginário na Relação Pedagógica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993

SOUZA, A. R. **Perfil da Gestão da Escola Pública no Brasil: Um estudo sobre diretores escolares e sobre aspectos da Gestão Democrática**, – UFPR – Trabalho apresentado no GT-5 na 30ª Reunião Anual da Anped.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1974.

_____. **Administração Poder e Ideologia.** São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Relações de Poder na Escola** In: Educação e Sociedade. 1985. Vol. 20

URICOECHEA, Fernando. **O Minotauro Imperial: A Burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no século XIX.** São Paulo, Difel. 1978.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

_____. **Ensaio de Sociologia: fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.